

## SOBRE O DISCURSO POLÍTICO

Carlos Erivany FANTINATI\*

---

*RESUMO: Procura-se aqui difundir uma proposta de análise do discurso político elaborada pelo germanista Hans Dieter Zimmermann. Partindo do pressuposto de que é necessário observar o objetivo do discurso político, o autor oferece um esquema que permite dividir tais discursos segundo as perspectivas da "superestimação", da "subestimação" ou da "conciliação", construídas por meio de um conjunto de figuras retóricas que cataloga.*

*UNTERMOS: Lingüística; discurso político; propaganda; publicidade.*

---

As primeiras tentativas de abordagem do discurso político na Alemanha Ocidental sofreram a influência da longa tradição dos estudos de germanística que se ocupavam exclusivamente do uso literário da língua, mais especificamente de um certo padrão de obras incluídas na categoria de obras-primas. O analista, formado para abordar esta modalidade de obras, tendia a procurar nos textos políticos sua realidade estética, medindo-os, assim, por um aferidor incompatível com sua natureza.

A partir da crise européia de 1968 e durante os anos 70, os estudos de germanística deixaram de privilegiar as obras da "literatura literária" e se abriram para as múltiplas variedades de textos que convivem em harmonia e tensão na sociedade industrial, como os textos da literatura de entretenimento e os da linguagem dos jornais, da publicidade, do rádio, da televisão, do discurso político. Esses novos objetos passaram a solicitar modificações nos métodos de investigação e de abordagem, como é o caso do discurso político, que requer um enfoque segundo a tradição da antiga retórica, ao colocar para o seu analista a seguinte questão: qual é o objetivo do discurso e quais são os recursos mediante os quais o orador pretende alcançar esse objetivo?

Procurando entender e definir a natureza do discurso político e esforçando-se para ajustar-se a ele por meio de métodos que lhe fossem compatíveis, os germanistas

---

\* Departamento de Literatura – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800 – Assis – SP.

produziram um conjunto significativo de textos teóricos e analíticos que só tenderam a crescer desde fins dos anos 60. Sua produção foi também estimulada por modificações significativas no ensino alemão de primeiro e segundo graus, que, desde meados daquela mesma década, passaram a incluir, nos programas de língua alemã do segundo grau, tópicos sobre aspectos da linguagem política, como a análise de discursos parlamentares, a linguagem do nacional-socialismo, a relação entre linguagem e ideologia e o desenvolvimento específico da língua materna nas duas Alemanhas.

A entrada dos estudos de discurso político no ensino de segundo grau contou, nos anos 70, com o apoio de forças significativas. No âmbito das produções impressas voltadas para o ensino, a revista *Der Deutschunterricht* publicou, desde o início da década, artigos, ensaios e números especiais cujo tema era o discurso político. No campo das propostas de renovação do ensino literário, contribuíram para seu estudo concepções aguerridas, como a “didática da literatura orientada para o conteúdo” (Kuegler, 6, p.58-78) ou “para as condições da socialização do aluno e para os conteúdos socialmente relevantes” (Schober, 8, p.153-206), elaborado, por exemplo, pelo *Projekt Deutschunterricht*.\*

Apesar de um intenso trabalho investigativo e aplicado, os resultados no ensino de segundo grau não foram muito auspiciosos, se se tomar como referência pesquisa feita com 200 calouros que entraram entre 1977/8 no curso de germanística da Universidade de Colônia. O questionário respondido pelos alunos mostrou que “menos de 30%” (Bachem, 2, p.5) tiveram contato com aqueles temas do discurso político atrás mencionados e típicos do programa de língua e literatura alemã. Mas é interessante anotar que tais informações encontram-se justamente no prefácio de um manual de 1979, escrito por Rolf Bachem (2), que se propõe a fornecer uma introdução à análise do discurso político...

As pesquisas desenvolvidas na década de 70 apresentaram algumas contribuições importantes para a compreensão da natureza da linguagem política, tanto do discurso parlamentar quanto da linguagem técnica. Tais contribuições foram resumidas no recém-citado livro de Bachem e vão aqui livremente traduzidas.

Para os estudiosos, a linguagem da política não é simplesmente uma linguagem técnica que se possa caracterizar univocamente. Como a própria política, ela é plurisignificativa, penetra todas as esferas da vida social e se ajusta às diferentes tarefas requeridas por ela. Já o político, como cientista, pretende empregar uma linguagem técnica pura na política, dotando-a de conteúdos verbais unívocos, definidos com exatidão, destinados exclusivamente à informação objetiva e desprovidos de valores emotivos. Semelhante empenho pode ser encontrado também nas definições dadas aos elementos que compõem a organização política, como “assembleia”, “congresso”, “líder de partido”, ou naquelas dadas às instituições e programas partidários.

---

\* Uma bibliografia sobre o ensino, com bom acervo sobre o assunto, é a seleção realizada por D. Bonecke e outros: *Bibliographic Deutschunterricht. Ein Auswahlverzeichnis*, publicada em Paderborn, estando, em 1978, na 3ª edição e incluída como nº 230 da UTB (UNI – Taschenbuecher) (Guenther 5, p.112).

A política tem a ver com as esferas da administração e suas linguagens técnicas, como as linguagens da Economia, das Finanças, da Tecnologia, do Direito e outras, usadas pelo Estado para regulamentar os fundamentos da coexistência social em todas as áreas. Tais linguagens técnicas são utilizadas também na cúpula da economia mundial dos países industrializados avançados e não podem ser compreendidas sem que se tenha conhecimento técnico e domínio do vocabulário específico, inacessíveis ao leigo, mesmo quando veiculadas pelo noticiário dos meios de comunicação de massa. Sua presença ocorre ainda nas conversas de gabinetes e nas discussões entre especialistas sobre relevantes decisões governamentais.

Quando se pensa, porém, nas exposições e intervenções realizadas no Parlamento, onde os discursos devem ser acompanhados pela maioria da opinião pública, tais falas são, no geral, formuladas pelo emissor de forma distinta. Seu intuito agora é informar, conquistar o apoio para seu partido e procurar derruir a influência do opositor sobre essa mesma opinião pública. Refletindo justamente sobre esse tipo de discurso, Juergen Frese concebe a política “como um processo polêmico, como luta pelo poder, como luta pela própria auto-afirmação, visando ao domínio dos seres humanos em uma consentida unidade política, e como luta pela imposição e legitimação de um anseio de domínio” (Frese, 4, p.102-3). Conclui, a seguir, que a tensão política numa sociedade pluralista deve ser compreendida como “luta pelo direito no campo da língua” (Frese, 4, p.105), com os diferentes grupos procurando influir na permanente mudança das normas jurídicas existentes, trazer para suas concepções a maioria parlamentar e, com isso, impor o seu próprio curso às coisas públicas.

Nesse sentido, os políticos diferem dos juízes e burocratas. Enquanto estes estão submetidos às normas legais vigentes e interpretam-nas, servindo-se de linguagens técnicas, os partidos e os grupos de interesse formulam, de forma contundente ou atenuada, suas contribuições para discussão das normas imperantes, utilizando-se de comunicados governamentais, dos programas eleitorais e de propostas constitucionais. O que resulta disso pode ser um texto informativo com dados meramente técnicos ou um texto persuasivo, propaganda e representação, neste caso, dos valores ideológicos e dos interesses reais de um grupo e de sua doutrina ideológica. Isto, porém, só se pode reconhecer a partir do caráter do todo textual, independente do uso de termos técnicos e de dados quantitativos.

É nesse quadro de reflexões alemãs sobre a linguagem política que se inserem os trabalhos desenvolvidos por Hans Dieter Zimmermann, de quem se pretende aqui veicular algumas idéias como achegas teóricas ao estudo do discurso político.

Hans Zimmermann publicou, entre 1969 e 1972, três trabalhos diretamente ligados às questões do discurso político. O primeiro, *Die politische Rede*, livro de 1969, enfoca o assunto teoricamente e analisa o uso que fazem da língua os políticos de Bonn. O segundo, “Element zeitgenoessischer Rhetorik”, de 1971, publicado no número quatro da revista *Diskussion Deutsch*, trata da retórica na atualidade e foi incluído por Schafarschik (7) e Guenther (5) na categoria de trabalho didático. O terceiro, de 1972 (Zimmermann, 9), que servirá de principal fonte para este artigo, é um

ensaio sobre um discurso do líder da União Democrática Cristã, Rainer Banzel, pronunciado no dia 27/01/1970 no Parlamento alemão, quando seu partido se encontrava na oposição ao governo social-democrata Willy Brandt.

Tanto na obra de 1969 quanto no artigo de 1972, Zimmermann compõe “um catálogo das figuras retóricas, originárias da Antiguidade, organizando-as, não segundo critérios estilísticos, mas conforme as seguintes perspectivas funcionais: superestimação, subestimação e conciliação. Se se conseguir determinar (...) a função que tomam os esquemas retóricos de expressão no texto, pode-se descobrir, como decorrência, a intenção do orador e o interesse que o orienta” (Berger *et alii*, 3, p.149).

Tratando também das propostas de Zimmermann, Bachem resume-as assim: “Três tendências são frequentemente verificáveis na concretização lingüística da imagem da realidade desenvolvida por um orador político: a superestimação, a subestimação e a conciliação. Esses conceitos constituem um útil modelo de análise (que se interpenetra parcialmente com outros)” (Bachem, 2, p.93).

E o próprio Zimmermann apresenta sua proposta de investigação do discurso dos políticos nos seguintes termos: “No discurso político é necessário principiar observando, desde o primeiro momento, as características estilísticas sob o ângulo do objetivo do discurso, a saber: o que quer e o que pode o orador com ele alcançar? Por isso, é útil começar a trabalhar com um esquema que permita já, desde o início, uma divisão segundo as seguintes perspectivas: superestimação, subestimação e conciliação. Esta é uma visão simples, mas adequada, que pergunta sempre sobre o objetivo retórico do discurso” (Zimmermann, 9, p.126).

Por superestimação entende Zimmermann “a construção da posição do orador e respectivamente de seu grupo. O orador procura apresentar sua posição de uma maneira tão favorável que lhe assegure a adesão de seu ouvinte” (Zimmermann, 9, p.126). A superestimação se constrói por meio de um conjunto de figuras retóricas, cujas mais importantes são as seguintes:

1. salientar o lado favorável e amenizar ou ocultar o desfavorável;
2. atribuir características positivas para o próprio grupo;
3. empregar um campo verbal dinâmico para o próprio grupo;
4. associar a própria posição com valores positivos;
5. fazer generalização positiva com base em dois ou três exemplos concretos;
6. apresentar objetivos interesseiros como desinteressados;
7. supervalorizar os próprios méritos: “única garantia para...”;
8. transferir os próprios erros para outros ou para as circunstâncias (“o destino inevitável”);
9. concitar o ouvinte para indentificar-se com o próprio grupo;
10. deslocar para posição contrária quem tiver outra opinião;
11. evocar testemunhas inofensivas.

Por subestimação entende Zimmermann “a destruição da posição contrária. O opositor é apresentado de maneira tão negativa que os ouvintes devem rejeitá-lo” (Zimmermann, 9, p.126). Os recursos retóricos usados para a subestimação da perspectiva contrária são os seguintes:

1. salientar o lado desfavorável, amenizar ou ocultar o favorável;
2. cumular o opositor de características negativas;
3. associar o opositor a valores negativos;
4. fazer generalização negativa com base em dois ou três exemplos concretos;
5. apresentar os objetivos desinteressados do opositor como interesseiros;
6. ampliar desmedidamente os erros do opositor;
7. transferir para o opositor os erros de terceiros; negar-lhe êxito;
8. deformar os argumentos oposicionistas: levá-los ao absurdo;
9. distorcer as citações oposicionistas para poder refutá-las mais facilmente;
10. apresentar o opositor como traidor de seus próprios princípios: o opositor já foi refutado há muito pela história;
11. reconhecer parcialmente as reivindicações oposicionistas; mas apontar para o fato de terem sido elas, há muito tempo, atendidas pelo nosso grupo e já, respectivamente, apresentadas por este diante do opositor;
12. difamar por meio de associação;
13. apresentar nova definição dos *slogans* oposicionistas;
14. dividir o opositor: atrair parte dele para o próprio lado;
15. associar o opositor político interno com o inimigo externo;
16. evocar testemunhas inofensivas.

Conciliação é, para Zimmermann, “uma compensação de interesses realizada por recursos verbais. Diferentes grupos, dotados de distintos interesses, são apresentados pelo orador através de formulações tão vagas que acabam por aderir a ele, vendo-o como representante de seus interesses contraditórios” (Zimmermann 9, p.126-7). A conciliação é uma tendência que se exterioriza no discurso político por meio das seguintes figuras retóricas:

1. manifestar compreensão;
2. remeter à comunidade: “somos todos uma família”;
3. fazer-se, como representante de um grupo, em porta-voz de outro: papel de mediador;
4. reconhecer todos os interesses como justos e calar as contradições;
5. remeter ao “destino inexorável”;
6. enunciar verdades genéricas: “errar é humano”;
7. apresentar formulações que permaneçam abertas para qualquer interpretação;

8. se um grupo é prejudicado em seus interesses, “todos devem suportar o prejuízo” e “servir ao bem comum”;

9. tabularizar problemas, de tal forma que sua discussão se torne impossível.

Em lugar de arrolar cada uma das figuras retóricas que caracterizam os três pontos de vista elaborados por Zimmermann para a análise do discurso político, Rolf Bachem (2) prefere fornecer uma compacta conceituação. Para ele, a superestimação significa a apreciação altamente positiva das ações, práticas, instituições, funções e objetivos do próprio lado (*nosso grupo*) por meio de correspondentes qualificações (frequentemente mediante *palavras altamente valorativas*) ou de procedimentos mais complexos. O próprio grupo é apresentado, no geral, como desinteressado, associado a valores positivos, como Liberdade e Justiça, e seus partidários são nomeados sempre num contexto superestimativo.

Já a subestimação refere-se, segundo ele, ao lado contrário, caracterizado por palavras, independente da respectiva escolha informativa, com conotações negativas ou até mesmo com termos de baixo calão. A “difamação por associação” se dá mediante o procedimento de nomear o opositor, relacionando-o com valores negativos ou moralmente ofensivos, como na propaganda nacional-socialista: *os judeus* (personificados de modo apocalíptico como o inimigo: “Judeu”) estão associados com incesto e prostituição. “A pesquisa da configuração lingüística e do recheio contedúístico da imagem do inimigo é um recurso importante para a caracterização do discurso” (Bachem, 2, p.93/4), conclui.

Por conciliação entende, por exemplo, a referência à comunidade (somos todos uma família) e ao *destino inexorável*: a tática de aparentemente, por meio de vagas formulações, vir ao encontro de muitos interesses, calar as contradições e banalizar, dissimular, abstrair o desagradável e o ameaçador. Conciliação significa aqui apaziguamento do receptor, atenuação de seus temores e objeções para movê-lo à adesão, inclusive pelo elogio e promessas.

Na sua obra *Argumente und Parolen*, com o subtítulo “Propaganda no século XX”, Wolfgang Guenther (5) retoma as três tendências retóricas elaboradas por Zimmermann para a análise do discurso político, acrescentando-lhes algumas observações. Para ele, se as propostas de Zimmermann, originalmente, se aplicavam ao discurso político, seu emprego pode, ainda, ser estendido à ampla esfera da propaganda. Nesse sentido, realiza algumas pequenas alterações nas formulações originais das figuras retóricas, como a substituição da expressão “nosso grupo” por “grupo do emissor”, e dá nova redação à primeira figura retórica da superestimação: “Atribuição de características positivas ao grupo do emissor” (Guenther, 5, p.97). Sobre os recursos retóricos que caracterizam a subestimação imposta à perspectiva oposicionista, observa que seu mecanismo “se processa pela inversão das figuras retóricas empregadas na superestimação” (Guenther, 5, p.98). Confessando ser muito rara a presença da conciliação nos vinte e sete textos que compõem sua antologia sobre o discurso político alemão entre 1914 e 1974, caracteriza esta perspectiva como marcada por recursos que, entre outros, se distinguem pela “referência à unidade de toda

a comunidade, pela manifestação da compreensão e pelo silêncio sobre as contradições” (Guenther, 5, p.98).

Além dessas modificações, Wolfgang Guenther exemplifica, com textos retirados de sua antologia, que cobre 60 anos de propaganda política alemã no século 20, as figuras retóricas das três perspectivas. As “técnicas lingüísticas formais” (Ammon, 1, p.120) da superestimação do próprio ponto de vista, acompanhadas agora de exemplos, passam, segundo Guenther (5, p.97-8), a ser as seguintes:

1. atribuição de características positivas ao grupo do emissor: “O Partido Nacional-Socialista do Trabalhador Alemão e Adolf Hitler fizeram os mais inauditos sacrifícios e esforços, estiveram sempre sob o signo de uma grande crença e triunfaram em 1933” (A. Rosenberg, 1933. *Os fundamentos do Terceiro Reich*);
2. ênfase positiva no próprio lado: “O governo federal quer assegurar o emprego dos trabalhadores e manter os preços num quadro razoável, realizou importantes reformas e segue o caminho correto” (Willy Brandt, 1973/4. “Caros cidadãos e cidadãs”);
3. emprego de palavras dinâmicas para a própria posição: “Rufar as fanfarras, pôr a juventude em marcha e desfraldar as bandeiras” (B. V. Schirach, por volta de 1933: “Nossa Bandeira”);
4. supervalorização dos próprios méritos: “Todo o êxito da campanha polonesa são méritos de Hitler e devem ser só a ele creditados” (O. Dietrich, 1939: “Hitler e a Polônia”);
5. associação do próprio ponto de vista com valores positivos: “Hitler bate-se por liberdade e pão, combate agiotas e exploradores e é homem do povo” (Adolf Hitler, por volta de 1932);
6. erros são atribuídos a outros ou às circunstâncias: “O levante popular de 17 de junho de 1953 foi urdido por elementos fascistas e reacionários, por provocadores e espiões” (Comunicado de 17 de junho de 1953: Governo da República Democrática Alemã);
7. objetivos próprios são generalizados positivamente com base em poucos exemplos concretos: “O jornal *Allgemeine Zeitung* separa notícia e informação e serve a causa da paz” (F. S. Parks, 1945: Introdução ao primeiro número do jornal em língua alemã, escrito pelo comandante americano da Zona de Ocupação em Berlim);
8. objetivos interesseiros são apresentados como desinteressados: “O Comitê Nacional para uma Alemanha Livre exige a capitulação, a fim de que a vida dos soldados não seja posta em jogo, de forma absurda” (Ultimato. Comitê Nacional para uma Alemanha Livre, 1943. Criado sob a influência soviética);
9. testemunhas inofensivas são evocadas para confirmar o próprio ponto de vista: Na “Breve Alocução a todos os Alemães” de 1946, o Partido da Unidade

Socialista da Alemanha (SED), resultante da fusão do Partido Comunista da Alemanha e do Partido Socialista da Alemanha, faz citações de Friedrich Schiller (1759-1805) e Ulrich von Hutten (1488-1523) para fundamentar sua proposta política;

10. o leitor é exortado à identificação: “Quem pode mudar a situação? Vós, proletários! Despertaí e escolhei os comunistas” (Ao povo trabalhador. Partido Comunista da Alemanha, 1919).

Como exemplos de figuras retóricas a serviço da subestimação da superestimação, só dois casos:

1. atribuição de característica negativa ao opositor: “Adolf Hitler se assemelha a um gordo rato venenoso e conduz a guerra com cega cobiça e arrogância” (“A canção do rato”. Propaganda antinazista de extração soviética).
2. ênfase no lado negativo: “Os opositores da política soviética são imperialistas e perseguem objetivos militaristas” (Acordo de paz com a Alemanha. Partido Comunista da Alemanha, 1952).

Retornando às idéias de Hans Dieter Zimmermann, convém lembrar que, no artigo de 1972, base deste trabalho, ele, além de repisar o esquema que permite organizar o discurso dos políticos segundo as três perspectivas elaboradas em 1969, tece outras considerações que serão aqui retomadas para completar sua visão sobre o assunto.

“Os discursos políticos – escreve ele – devem ser vistos em um triplo contexto: 1) o próprio contexto do discurso, dado que o significado das palavras e das frases resulta do contexto textual; 2) a situação discursiva: quem fala? onde o faz? em que circunstâncias? com que objetivo? 3) a situação político-social, que torna claro por que alguns conceitos são tão importantes e outros, tão plurissignificativos” (9, p.119). Afirma, pouco depois, que “os três aspectos do contexto se complementam. O significado de uma palavra só pode ser julgado no contexto do discurso, este, só numa determinada situação da fala, e esta, só na relação com o processo de desenvolvimento político” (9, p.120). A importância disso para a interpretação exemplifica, com detalhes, na análise de três elementos lingüísticos: as palavras-chave, os dêiticos e as fórmulas vazias. Complementa as instruções de análise, chamando a atenção para o fato de que o discurso é um sistema de signos, ao qual pertencem não só o desempenho lingüístico, mas também a aparência, o comportamento, o modo de falar e a entonação do orador. Resgatando a tradição dos estudos de germanística, enfatiza que “na interpretação de um texto político deve-se dar atenção aos mesmos pormenores observados na interpretação de um texto literário” (p.126).

Após abordar as instruções de análise e as três tendências do discurso político, ressalta que, neste, o estilo “é menos expressão de uma personalidade, isto é, do orador, do que expressão de uma atitude coletiva, que leva todos os oradores ao mesmo uso da língua. Naturalmente há diferenças individuais, mas a fronteira entre estilo individual e estilo coletivo é fluida” (9, p.127). E termina: “O sistema de sig-



nos do discurso político pode ser descrito como codificação reiterada de um código. Como primeiro código, apontaríamos o desempenho lingüístico, isto é, as regras da planificação verbal, segundo as quais o indivíduo forma as frases a partir dos traços lingüísticos pré-existentes. O discurso tem, então, uma segunda planificação, segundo a qual, entre estas regras, novamente algumas são preferidas e outras, rejeitadas. Essa segunda planificação é determinada pelo objetivo político do orador em uma situação histórica” (p.127).

Ao escrever seus trabalhos entre 1969 e 1972, Hans Dieter Zimmermann foi movido por uma intenção muito clara, conforme já se viu inicialmente e convém aqui reiterar: contribuir para modificar os estudos de germanística, para que eles pudessem desempenhar também um papel social. Tal intuito se evidencia, mais uma vez, quando distingue entre a especificidade da linguagem política e de sua análise e suas relações com a linguagem da “literatura literária” e de seu estudo: “políticos utilizam a linguagem para justificar sua própria atividade política e pôr em questão a do seu opositor. Para isso, todo recurso lhes é moralmente justo. Os oradores políticos não são nenhum escritor que versifica e tem em mira um estilo elegante. Pode-se lamentar tal fato. Mas o lamento não conduz o analista muito longe, enquanto ele não se interrogar sobre os motivos do ‘mau’ estilo” (9, p.118).

E convém terminar com sua manifesta crença na educação, quando define o papel a ser desempenhado pelos estudos sobre a análise do discurso político no ensino: “Os discursos no Parlamento, as publicações nos jornais, rádios e televisão, que retomam mais ou menos esses discursos, os artigos dos comentaristas políticos, que empregam a mesma linguagem – isto tudo são, na maioria dos casos, tentativas propagandistas de se justificar perante a opinião pública. Essa opinião pública, trabalhada por uma longa série de medidas disciplinadoras, está exposta, de modo relativamente desamparado, à influência da propaganda. Ela não toma quase nunca por verdadeiro o que lhe é dado como tal, mas sua desconfiança não possui apoio para crítica. Este ponto pode ser fornecido pela germanística, na escola e na universidade, a fim de que se possa constituir uma opinião pública crítica. As tentativas de justificação devem ser, como tais, percebidas, e os mecanismos de persuasão, como tais, mostrados. Não se trata de lamentar a falta de beleza da forma, mas de tornar acessível à crítica a ideologia nela contida” (9, p.118).

---

FANTINATI, C. E. – On the political discourse. *Alfa*, São Paulo, **34**: 1–10, 1990.

*ABSTRACT: The purpose of this paper is to impart a proposition on the political discourse developed by the germanist Hans Dieter Zimmermann. Based on the presupposition that one has to examine the purpose of the political discourse, the author proposes an outline which allows us to divide such discourses according to the perspective of the “overestimation”, of the “underestimation” or of the “conciliation”, construed by means of some figures of speech listed by him.*

*KEY-WORDS: Linguistics; political discourse; advertisement; publicity.*

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. AMMON, U. – *Probleme der Soziolinguistik*. 2ª. ed. rev. e aum. Tuebingen, Max Niemeyer, 1977. (Germanistische Arbeitshefte, 15)
2. BACHEM, R. – *Einfuehrung in die Analyse polistischer Texte*. Muenchen, R. Oldenbourg, 1979. (Analysen zur deutschen Sprache und Literatur)
3. BERGER, N.; HAUGG, F. & MIGNER, K. – *Deutschvorbereitung fuer das Abitur*. 3ª. ed. ref. e ampl. Muenchen, Moderne, 1978.
4. FRESE, J. – Polistisches Sprechen. Thesen Ueber einige Rahmenbedingungen. In: RUCKTAESCHEL, A. M. (org.) – *Sprache und Gesellschaft*, Muenchen, Wilhelm Fink, 1972. p.102-114. (UTB 131)
5. GUENTHER, W. – *Argumente und Parole*. Stuttgart, Phillip Reclam jun., 1980. (Arbeitstexte fuer den Unterricht)
6. KUEGLER, H. – *Literatur und Kommunikation*. 2ª. ed. ref. e ampl. Stuttgart, Ernst Klett, 1975.
7. SCHAFARSCHIK, W. – *Herrschaft durch Sprache. Politische Reden*. Stuttgart, Philipp Reclam jun, 1981. (Arbeitstexte fuer den Unterricht)
8. SCHOEBER, O. – *Studienbuch Literaturdidaktik*. Kronberg/T s, Scriptor, 1977.
9. ZIMMERMANN, H. D. – Der Allgemeine Barzel. Zum politischen Sprachgebrauch. In: RUECKTAESCHEL, A. M. – *Sprache und Gesellschaft*. Muenchen, Wilhelm Fink, 1972. p.115-138. (UTB 131)